

CRM-ES

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.crmes.org.br

Edição N.º 86 | Ano 20 | 2018

Contas



às claras

CRM-ES amplia processo de transparência e apresenta dados do exercício de 2017 para conhecimento e aprovação da classe médica

P.3

A ética e a boa imagem para todos

P.4

Atento às medidas contra a violência

P.5

Os cursos previstos no PEC este ano

P.6 e 7



Ética, essencial em tudo

Carlos Magno Pretti Dalapicola
Presidente do CRM-ES

Não importa o tipo de profissão, de relacionamento profissional, familiar ou de amizade. A ética é fundamental em todos eles e em tudo o que fazemos. Ou se é ético ou antiético, não existe meio termo.

Atentos a essa importante questão que vem assolando o país em todos os níveis, implantamos como uma das metas para este ano de 2018 o debate constante sobre ética médica. Você verá, nas próximas páginas, que esse tema estará presente em todos os cursos do Programa de Educação Médica Continuada (PEC). Queremos debater esse tema que parece tão óbvio, mas que nem sempre é adotado como deveria.

Em nossas palestras nas escolas de Medicina estamos abordando

insistentemente o tema da ética médica desde o ano passado, pois percebemos que esse é um assunto vital.

Em nossas atividades internas a ética sempre foi e continua sendo fator primordial, por isso as ações judicantes do Conselho são enfáticas e primam por julgamentos imparciais tanto de denúncias quanto de documentação que chegam para análise.

Estamos atuando, fortemente, para esclarecer aos jovens e também aos experientes profissionais que o conhecimento técnico lado a lado com os princípios éticos resulta em pessoas e em sociedade cada vez melhores. O tempo é de manter o foco em nossas obrigações como ser humano e nos nossos direitos como profissional.

Ames tem nova diretoria

A nova diretoria da Associação Médica do Espírito Santo (Ames) tomou posse em março. O mandato é para o triênio 2018-2020. O novo presidente é Leonardo Lessa Arantes, que tem foco na revitalização da imagem da entidade, quase secular, para a sociedade.

“Queremos revitalizar nossa imagem junto à sociedade, abrindo cada vez mais as portas de nossa sede para o cidadão e para o jovem médico. Temos de nos aproximar ainda mais dos acadêmicos, com a organização de eventos científicos e do recém-formado, investindo na capacitação e atualização desses profissionais. E além disso, queremos nos tornar uma referência na luta pela dignidade e valorização profissional”, disse Arantes.

A diretoria quer, ainda, assumir um papel de protagonista na orientação à população sobre as questões que envolvem a assistência médica, os planos de saúde, as cooperativas, a preservação e a recuperação da saúde.

A Ames, criada em 1924, foi a primeira entidade a representar e organizar os médicos capixabas. Entre seus presidentes, ao longo dessa trajetória, estão importantes nomes da história do Estado, como os médicos João Carlos de Souza, Jair de Andrade e Dório Silva.

A nova Diretoria

Leonardo Lessa Arantes
Presidente
Carlos Alberto Gomes dos Santos
1º Vice Presidente
Jairo Rocha Filho
2º Vice Presidente Norte
Paulo Roberto Brunoro Costa



Carlos Magno Dalapicola, Leonardo Lessa e Otto Baptista, presidentes das três principais entidades médicas do ES

2º Vice Presidente Sul
Kítia Coimbra Perciano
Secretária Geral
Rousseau Ramos
1º Secretária
Almir Guio
2ª Secretária
Ronaldo Conforti Costa
Tesoureiro
Carlos Magno Pretti Dalapicola
2º Tesoureiro
Moacir Soprani
Diretor Científico
Andrea Ramos R. Damasceno
Diretor Social
Nirlan Coelho Evangelista
Diretor Cultural

Assembleia de Delegados da AMES

Aderbal Pagung
Alberto de Paula Nogueira
Antonio Augusto Barbosa de Menezes
Gustavo Peixoto Soares Miguel
João Luiz Sandri
José Pinto Mota
Juvenal Cesar Caetano Filho
Luiz Carlos Franco de Melo
Márcio Carlos Couto de Souza
Mário Pinheiro Junior
Marli Lopes
Otto Fernando Moreira Baptista
Sérgio Pinheiro Ottoni

Delegados da AMES junto à AMB

Hélio Barroso dos Reis
José Carlos Perinir



Publicação oficial do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo

CRM-ES

Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP 29.050-730
Telefax (27) 2122-0100 / www.crmes.org.br

Presidente: Carlos Magno Pretti Dalapicola
Aloizio Faria de Souza (Vice-Presidente) • José Renato Harb (1.º Secretário) • Aron Stephen Toczec Souza (2.º Secretário) • Ana Maria Ramos (1.ª Tesoureira) • Jorge Luiz Kriger (2.º Tesoureiro) • Thales Gouveia Limeira (Corregedor) • Rosane Ottoni Passos (Sub-Corregedora).

Conselheiros efetivos: Aloizio Faria de Souza, Alvaro Lopes Vereno Filho, Ana Maria Ramos, Aron Stephen Toczec Souza, Carlos Magno Pretti Dalapicola, Celso Murad, Delson de Carvalho Soares, Erick Freitas Curi, Fabiano Pimentel Pereira, Fernando Ronchi, Hiram Augusto Nogueira (Licenciado), Jorge Luiz Kriger, Jose Renato Harb, Luis Claudio Limongi Horta, Marcelo Almeida Guerzet, Regina Célia Tonini, Rosane Ottoni Passos, Severino Dantas Filho, Suely Ferreira Rabello, Thales Gouveia Limeira, Vera Lucia Ferreira Vieira, Viviane Oliveira Lisboa Tacla.

Conselheiros suplentes: Alcides Viana Moraes, Ana Daniela Izoton de Sadovsky, Carlos Pimentel Moschen, Firmino Braga Neto, Flavio Takemi Kataoka, Gustavo Antônio Reis Lopes Picallo, Hudson Soares Leal (Licenciado), Jaime Ribeiro Coelho, Jobson Bortot, Jose Aid Soares Sad, Jose Magno Bufon, Lia Marcia Massini Canedo (Licenciada), Paulo Vicente de Stefano, Perácio Lora Soares, Rosana Alves, Ruy Lora Filho, Ubirajara Moulin de Moraes (Licenciado).

Delegacias Seccionais

NORTE CAPIXABA

Efetivos: André Ideraldo Andreazi Goltara (Presidente), Rafaela Figueira Caetano Azevedo (Secretária), Jorge Luiz Mendes, Mozart Moreira Hemery.

Suplentes: Ronaldo José Thomazini, Fábio Furlin, Vânia Maurício Lisboa David, Itamar Soares Dias, Juliano César Guimarães Sena.

LINHARES

Efetivos: Joel Ancelmo Giuberti (Presidente), Thereza Cristina Prest Mattedi (Secretária), Arthur Luiz Magnago Heleodoro, Maurício José de Souza.

Suplentes: Antônio Pereira de Assunção Sobrinho, Bruno Baião Luquini

SECCIONAL SUL

Efetivos: João Carlos Serafim (Presidente), Sebastião Casotti Vidaurre (Secretário), Fabíola de Freitas Moraes, Fernando Luiz Ribeiro Nunes, Marcos Vinício Pinheiro.

Suplentes: Gediel Teixeira Xavier, Rachel Almeida dos Santos.

VALE DO RIO DOCE

Efetivos: Edson Domingos Margotto (Presidente), Marcia L.Q. Galvão Soares (Secretária), Anette Murad de Oliveira, Marcelo dos Santos Costa, Sandra Helena Pereira.

Suplentes: Anna Selma Perini Fiorot Dell Santo, Carlos Henrique Woelffel Naumann, Dionísio Roque Boschetti Junior, George da Silva Carvalho, Maria Helena de Martin Lazzari.

Jornal do CRM-ES

Jornalista responsável
Cileide Zanotti – MTb 463/89

Conselho Editorial

Carlos Magno Pretti Dalapicola, Aloizio Faria de Souza, Thales Gouveia Limeira, Regina Célia Tonini.

Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico

Gráfica Aquários

Fotos

Arquivo CRM-ES

De livro aberto para a categoria

CRM-ES adota todas as medidas para garantir aos colegas médicos o acompanhamento das despesas da Autarquia



Em tempos muito estranhos que mancham, por osmose, o setor público, o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) adota as medidas mais austeras e dá toda a transparência dos seus atos, para garantir ao médico capixaba a possibilidade de um acompanhamento rigoroso das contas da Autarquia.

No final de março, em assembleia geral, o CRM-ES apresentou seu relatório de contas do exercício de 2017, conforme a legislação em curso, convocando e dando ampla publicidade aos médicos, para a sua aprovação. Nesse encontro, no qual é lido e discutido o relatório de contas, foram apresentados o parecer do Conselho Federal de Medicina, que aprovou as contas do Regional Espírito Santo.

“Apesar de cumprirmos as determinações legais e do nosso rigor com relação às contas do CRM-ES, achamos importante que o médico entenda que ele pode e deve acompanhar, a todo o momento, as despesas e as receitas do Conselho e o andamento das contas”, comenta o presidente Carlos Magno Pretti Dalapicola.

O acompanhamento dessas contas pode ser feito, integralmente, pelo site www.crmes.org.br.

“Acho que é hora da sociedade como um todo passar a acompanhar as contas públicas de perto. No nosso caso, como entidade ligada aos médicos, conclamo a categoria para passar a fazer a sua parte e acompanhar as nossas contas, discutir o orçamento e sugerir ações. Precisamos de uma categoria atuante, capaz de comandar seus próprios destinos”, ressalta Dalapicola. Para acompanhar as contas na internet, pelo site do Conselho, o médico deve clicar no ícone PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, que fica logo à direita da tela. Nele constam todas as informações sobre as receitas e despesas do CRM-ES.

Todos os relatórios e planilhas referentes a compras, contratos, despesas com fornecedores, gastos com diárias e passagens, por exemplo, podem ser conferidos. Além disso, há no mesmo local dados sobre a previsão orçamentária e a aplicação dos recursos financeiros e informações sobre licitações, servidores e conselheiros, entre outros temas.

As ações que visam a ampliar a transparência dos atos do Conselho, contribuem para o aprimoramento das relações entre o CRM-ES e a sociedade, dando um bom exemplo de como as gestões públicas devem agir de acordo com a legalidade e a ética.

O que você encontra no Portal

- Legislação
- Atividade Conselhal
- Ações e programas
- Participação social
- Auditorias
- Convênios e transferências
- Receitas e despesas
- Viagens
- Licitações e contratos
- Gestão de pessoas
- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Um bem de toda a categoria

A atuação de cada médico influencia na imagem geral da categoria

A imagem de uma categoria é formada pela atuação dos profissionais que a formam. Por isso, toda a classe, em geral, sofre com a má atuação e a má postura de alguns poucos profissionais.

Mas como evitar que os erros dos maus profissionais contornem a todos? Não há uma resposta clara ou única, mas para o presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Carlos Magno Pretti Dalapicola, o mais importante é não perder o foco do que se é como ser humano e das suas obrigações e direitos como profissional.

“Precisamos ter uma vida e uma ação profissional pautada na ética e entender que quem se desvia do caminho precisa pagar por isso, seja ele médico, advogado, político, jornalista, enfim, profissional de qualquer área. O que temos de defender é que todos, mesmo acusados de desvios graves, tenham direito à ampla defesa e não estejam à mercê de interpretação de leigos, como acontece no caso das denúncias de erro médico”, discorre Dalapicola.

Para o corregedor do Conselho, Thales Gouveia Limeira, é preciso estar atento à sua

própria imagem e manter a seriedade em relação ao seu trabalho, como já acontece com a grande maioria dos médicos. “Temos de manter o foco na nossa profissão, valorizá-la como um grande bem e lutar para que a sociedade aprenda a diferenciar desvios de um ou outro profissional, como acontece em todas as profissões, do comportamento de toda a classe.”

Segundo o especialista em imagem, com atuação voltada para saúde, Vitor Jaci, em seu site www.vitorjaci.com.br, a boa reputação do médico é muito importante na sua conquista de mercado. E isso passa, inclusive, pelo que se fala do médico nas mídias sociais, especialmente em canais como o ReclameAqui. Portanto, ele aconselha cuidados essenciais que cada profissional deve ter com sua imagem.

O corregedor do Conselho lembra, no entanto, que a ética médica é o maior propulsor da imagem de cada profissional. As ações planejadas nas mídias sociais, com intuito de ampliar os horizontes profissionais, precisam levar em conta todas as restrições impostas pelo CFM para propaganda médica.



Entenda o caso

1. O Nuroc investiga a existência de uma organização criminosa agindo no estado para a reutilização e comercialização indevida de materiais médico-cirúrgicos descartáveis. Tais materiais, que deveriam ser incinerados, estariam voltando ao mercado por meio dessa organização.

2. O subsecretário de Inteligência do Estado, José Monteiro Júnior, afirma, em entrevistas coletivas, que existe no Espírito Santo uma quadrilha atuando na área médica com reutilização de produtos cirúrgicos descartáveis.

3. Primeira Fase da Operação: no dia 16 de janeiro, dois empresários e um enfermeiro foram presos sob acusação de reaproveitamento de materiais cirúrgicos descartáveis. Eles também são acusados de adulterar o prazo de validade das etiquetas de materiais ainda embalados, porém vencidos.

4. Segunda Fase da Operação: o Nuroc cumpre, no dia 18 de janeiro, dois mandados de busca e apreensão em outra empresa e divulga o envolvimento de uma terceira empresa suspeita de ser contratada para esterilizar os produtos que deveriam ser descartados.

5. Terceira Fase da Operação: dia 5 de fevereiro mais uma empresa é suspeita de envolvimento e o Nuroc recolhe materiais cirúrgicos que deveriam ter sido descartados.

6. Quarta Fase da Operação: o Nuroc, no dia 28 de fevereiro, prende dois médicos ortopedistas acusados de envolvimento com o esquema de corrupção investigado pela Operação Lama Cirúrgica.

7. Quinta Fase da Operação: deflagrada dia 26 de março, com apreensão de materiais, usados em cirurgia, vindos da China e de instrumentos cirúrgicos falsificados.

8. Sexta Fase da Operação: também deflagrada no dia 26 de março, com a prisão de mais um médico ortopedista.

9. A Operação também investiga a participação de hospitais privados da Grande Vitória, além de profissionais da saúde que possam estar envolvidos nos crimes.

Sindicância apura envolvimento de médicos



O Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), além de apoiar a Operação Lama Cirúrgica, do Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (Sesp), abriu sindicância para apurar o envolvimento de médicos, solicitou ao Nuroc documentação para anexar à sindicância e, acima de tudo, lamenta o envolvimento de profissionais da saúde nesse esquema criminoso.

Como cabe constitucionalmente ao CRM-ES, foram abertas sindicâncias para apurar a conduta ética dos médicos denunciados pela Operação Lama Cirúrgica. Documento oficial do Nuroc já foi encaminhado ao Conselho.

A previsão do CRM-ES é de concluir a sindicância no prazo de dois meses, sujeito a renovação de prazo, caso os trabalhos a exijam. Cada médico investigado deve manifestar-se por escrito e, havendo indícios do envolvimento desses médicos, eles responderão a Processo Ético Profissional.

Para o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, “é muito triste que o paciente tenha sido negligenciado e que hajam profissionais de saúde envolvidos nesse caso. O Conselho cumprirá o seu papel constitucional de controle da profissão.” Para o conselheiro corregedor do CRM-ES, Thales Gouveia Limeira, o importante é garantir uma boa apuração dos fatos.

“Temos de cumprir com o nosso papel e dar respostas aos médicos capixabas e a toda sociedade. É imperioso que o CRM apure os fatos, e, nos casos de indícios de infração ética, sejam instaurados os necessários processos ético-profissionais.”

No mesmo dia da divulgação da “Operação Lama Cirúrgica”, o CRM-ES enviou nota de esclarecimento para orientar os hospitais do Estado. A cada divulgação das novas fases da investigação, o Conselho Regional de Medicina emitiu novos esclarecimentos.

De olho, pelo paciente

CRM-ES amplia suas ações, junto com outras entidades médicas, pela melhoria da saúde pública

Por uma saúde pública de qualidade, com condições de trabalho para o médico e resultados para a sociedade, o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) ampliou suas ações de fiscalização e seu trabalho social, aliando forças a outras entidades médicas. O Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) e a Associação Médica do Espírito Santo (Ames) são parceiros na busca pela melhoria das condições de trabalho para o médico e de atendimento ao paciente.

Em função dessas ações, o Governo do Estado transferiu o pronto socorro do Hospital Infantil para o HPM no ano passado e garantiu melhores condições de atendimento ao paciente e de trabalho aos médicos. “Sabemos que são pequenas conquistas, que nem de perto atendem à necessidade do médico e do paciente, mas demonstram a nossa busca, junto com colegas das demais entidades médicas do Estado, por uma saúde pública capaz de entregar, de fato, resultados para a população”, disse o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

Uma das principais ações para ampliar o olhar para a saúde pública foi a aproximação com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), para enviar a este órgão todos os dados das fiscalizações sistemáticas feitas pelo Conselho, apontando os problemas e as alternativas de soluções. Por meio desse trabalho, por exemplo, o MP ajuizou ação civil pública pedindo a solução de uma série de problemas encontrados pela equipe de fiscalização do Conselho no Hospital Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha.

Na última fiscalização naquela unidade, em março deste ano, foram encontrados mais uma vez corredores lotados de pacientes, além de problemas estruturais que se arrastam há anos, como infiltrações e mofo nas paredes e problemas de climatização. “Como não temos poder de polícia, temos de contar com a força de órgãos como o Ministério Público”, justifica Dalapicola.

Durante os primeiros meses deste ano, outros problemas voltaram a acontecer em unidades como a Maternidade de Carapina, na Serra, mais uma vez operando acima de sua capacidade, com pessoas internadas no corredor e em cadeiras. O CRM-ES alertou, em abril, para a superlotação do local, sem condições de atender à demanda crescente.

Na região norte e noroeste do Estado, a fiscalização do Conselho e do Simes voltou a encontrar problemas em unidades como o Hospital Sílvio Avidos, em Colatina, onde a superlotação de pacientes, a falta de equipamentos e as más condições de trabalho para o médico demonstraram, mais uma vez, a precarização dos serviços de saúde pública. Em São Mateus, no Hospital Estadual Roberto Silveiras, e em Barra de São Francisco, no Hospital Dra. Rita de Cássia, o problema também se repete.

VISTORIAS

No exercício de 2017 e até o fechamento da edição deste informativo, em 2018, foram realizadas 729 vistorias em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) pelo Setor de Fiscalização do CRM-ES. Para cada fiscalização é gerado um relatório com cópia enviada aos setores denunciadores e para os diversos órgãos envolvidos, como: Ministério Público Estadual e Federal, Defensoria Pública, Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, secretarias municipais de Saúde, prefeituras, Ordem dos Advogados do Brasil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, polícias Civil e Militar e Direção Clínica de alguns Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.

FISCALIZAÇÃO – CRM-ES

Em 2017

Grande Vitória: 329 fiscalizações
Norte do Estado: 158 fiscalizações
Sul do Estado: 122 fiscalizações

Em 2018 - até 27 de março

Grande Vitória: 58 fiscalizações
Norte do Estado: 41 fiscalizações
Sul do Estado: 21 fiscalizações



Conselho continua atento à segurança do médico

As estatísticas de violência contra o médico em todo o Espírito Santo no ano passado e o assassinato da pediatra Milena Gottardi Tonini Frasson, morta a tiros no estacionamento do Hospital das Clínicas, em Vitória, demonstram a situação de risco pela qual alguns profissionais são obrigados a passar, especialmente nas unidades públicas de saúde. Para tentar reverter esse quadro, o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), o Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) e a Associação Médica do Espírito Santo (Ames) continuam cobrando providências do Estado para garantir a segurança dos médicos, dos profissionais de saúde e dos pacientes.

Em função disso, o CRM-ES discute espaços para debater com médicos e autoridades medidas de segurança pública para o profissional de saúde e para os pacientes e seus familiares. “Precisamos de uma união de forças na busca por um ambiente de trabalho mais seguro, para cobrar do poder público providências para minimizar o problema da violência contra o médico”, explica o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

Dados

De acordo com levantamento feito pelo Simes, a cada semana pelo menos 12 profissionais são agredidos por pacientes no Estado. Os principais motivos estão ligados à superlotação e à falta de estrutura das unidades de saúde, explica a Direção do Sindicato. Os relatos de violência abrangem todo o sistema de saúde, mas são mais comuns na rede pública, onde os pacientes sofrem com a precariedade do atendimento.

Esses números devem ser maiores, inclusive. Acredita-se que os médicos nem sempre registrem o boletim de ocorrência, o que faz com que a agressão não seja somada. Nessas contas, entram as agressões verbais e físicas.

Primeiras cobranças

Ainda no ano passado, as entidades médicas reivindicaram que todas as unidades públicas de saúde tivessem segurança armada, circuito interno de TV, câmeras de videomonitoramento, melhoria da iluminação, poda de árvores, controle de entrada e de saída de carros e motos, identificação eletrônica das pessoas que acessam as unidades públicas de saúde e patrulha motorizada.

Programa ampliado em 2018

A rede de cursos e palestras do Programa de Educação Médica Continuada (PEC) do CRM-ES está previamente definida, mas ainda pode receber contribuições a partir da sugestão dos médicos sobre temas de interesse.

Para 2018, a proposta foi ampliar ainda mais a oferta de cursos e de vagas, sintonizado com o foco da gestão do Conselho de levar mais conhecimento e orientação aos médicos de todo o Estado.

Nessa nova proposta, para cada PEC o Presidente do CRM-ES ou um representante abordará a Ética Profissional, eliminando dúvidas e chamando a atenção para a atuação ética do médico.

O PEC é um projeto gratuito de aproximação e prestação de serviços entre o Conselho de Medicina e os médicos do interior do Estado, que segue as mais recentes demandas do ambiente médico em termos de multidisciplinaridade.

A definição dos temas a serem debatidos em cada região leva em consideração a solicitação dos médicos, que são devidamente consultados pela organização do Programa.

Faça logo a sua inscrição, já que as vagas são limitadas.



PEC em Guaçuí



PEC em São Mateus

II Curso de Urgência e Emergência bate recorde de inscrição

O II Curso de Atualização em Urgência e Emergência, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo, teve, assim como na sua primeira versão, lotação máxima. As inscrições, inclusive, foram completadas somente com o número de médicos constantes na fila de espera: 38 vagas.

As aulas foram realizadas no Auditório do Hospital da Unimed, no final de março. Foram ministradas aulas práticas e teóricas exclusivamente para os médicos que não possuem residência médica e que trabalham em pronto atendimento (PA), em unidades de pronto atendimento (UPA) e de pronto socorro (PS) da Grande Vitória.

O objetivo do curso é aprimorar a capacitação dos profissionais que estão na linha de frente do atendimento emergencial. As aulas são proferidas por professores com, no mínimo, mestrado em Urgência e Emergência. A certificação é da Faculdade Unimed.

Um novo curso será realizado em Vitória, com local e data a definir. É voltado para médicos que atuam em setores de urgência/emergência e que não possuem especialização na área.

Um novo curso será realizado em Vitória, com local e data a definir. É voltado para médicos que atuam em setores de urgência/emergência e que não possuem especialização na área.

Módulos:

- Sistematização do Atendimento à Urgência e Emergência
- Time de Resposta Rápida à Ressuscitação Cardiopulmonar e DEA
- Via Aérea Básica-Avançada-Difícil
- Emergências Cardiológicas
- Síndrome Coronariana Aguda e AVC
- Atendimento Integral ao Trauma
- Campanha de Sobrevivência à Sepsis.

PRÓXIMOS MÓDULOS AGENDADOS

Módulo 8: Vitória – Emescam - 09/05/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: Auditório da Emescam

Módulo 9: Mimoso do Sul - 11/05/2018

- **TEMA 1:** Hepatite (segundo o Calendário/Campanha Maio Amarelo e Vermelho: Hepatite)
Palestrante: Dr. Thales Gouveia Limeira
- **TEMA 2:** Bate papo com nosso Presidente - Orientações Éticas
Palestrante: Dr. Carlos Magno Pretti Dalapicola
- **TEMA 3:** Humanização do atendimento
Palestrante: Dr. Severino Dantas Filho
LOCAL: Auditório do Hospital Apóstolo Pedro

Módulo 10: Vitória – 16/05/2018

- **TEMA 1:** Cuidados paliativos com o idoso: mitos e verdade, conceitos, bioética. (Voltado para médicos que atuam na Atenção Básica)
Palestrante: Dra. Waleska Gonçalves dos Santos Cintra
LOCAL: Auditório do CRM-ES Sede/Vitória

Módulo 11: Cachoeiro de Itapemirim - 17/05/2018

- **TEMA 1:** Febre amarela, dengue, zika e chikungunya.
Palestrante: Dra. Thereza Cristina Cardoso da Silva
- **TEMA 2:** Bate papo com nosso Presidente - Orientações Éticas
Palestrante: Dr. Carlos Magno Pretti Dalapicola
LOCAL: a definir

Módulo 12: Colatina – Julgamento Simulado - Unesc - 21/05/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: Auditório da Unesc

Módulo 13: Vitória – Julgamento Simulado - Ufes - 28/05/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: Auditório da Ufes

Módulo 14: Aracruz - 08/06/2018

- **TEMA 1:** Anemia/Leucemia (segundo o Calendário/Campanha: Junho Laranja: Anemia/Leucemia)
Palestrante: Dr. Thales Gouveia Limeira
- **TEMA 2:** Bate papo com nosso Presidente - Orientações Éticas
Palestrante: Dr. Carlos Magno Pretti Dalapicola
- **TEMA 3:** Humanização do atendimento
Palestrante: Dr. Severino Dantas Filho
LOCAL: a definir

Módulo 15: Vila Velha – Julgamento Simulado - UVV - 13/06/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: Auditório da UVV

Módulo 16: Muniz Freire - 15/06/2018

- **TEMA 1:** ASMA (Dia Nacional: 21/06)
O uso de antibioticoterapia nas infecções respiratórias nas emergências;
Conduta nas emergências respiratórias: Asma e DPOC
Palestrante: Dr. Firmino Braga Neto
- **TEMA 2:** Bate papo com nosso Presidente - Orientações Éticas
Palestrante: Dr. Carlos Magno Pretti Dalapicola
- **TEMA 3:** Humanização do atendimento
Palestrante: Dr. Severino Dantas Filho
LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de Muniz Freire

Módulo 17: Vitória – Julgamento Simulado - Multivix - 29/06/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: Auditório da Multivix

Módulo 18: Itapemirim – 04/07/2018

- **TEMA 1:** Emergência em Pediatria.
Palestrante: Dra. Rosana Alves
- **TEMA 2:** Bate papo com nosso Presidente - Orientações Éticas
Palestrante: Dr. Carlos Magno Pretti Dalapicola
- **TEMA 3:** Humanização do atendimento
Palestrante: Dr. Severino Dantas Filho
LOCAL: Auditório do Hospital Evangélico Litoral Sul

Módulo 19: Cachoeiro de Itapemirim – Julgamento Simulado - 18/07/2018

- **TEMA:** Infrações ao Código de Ética Médica
LOCAL: a definir



A Medicina e a Justiça

As exigências cada vez maior da Justiça, influenciam no trabalho de médicos e unidades de saúde

Se há algo que incomoda a qualquer categoria é imaginar o que se chama hoje de judicialização das suas atividades profissionais.

Na saúde, a “judicialização” cresceu tanto que virou tema de debates entre entidades médicas, membros do Ministério Público, Federal e dos estados representantes de advogados e da Justiça.

Essa questão cria dilemas para atividade médica, entre elas a indicação de procedimentos que ainda não são reconhecidos pelas entidades governamentais e a “intromissão” em assuntos que a categoria sempre tratou como ética profissional. Uma dessas questões do momento é o prontuário médico, que deveria ser inviolável.

Confidencialidade

Apesar de Resolução do Conselho Federal de Medicina, sobre a garantia de confidencialidade do prontuário e de outros documentos referentes ao atendimento ao paciente – que deveriam ser entregues apenas ao médico nomeado perito judicial –, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública de inconstitucionalidade.

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região concordou com o Ministério Público e sentenciou que a decisão do Conselho Federal de Medicina limitaria a atuação do juiz no referido processo. A entidade médica recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), para tentar reverter essa decisão e não há prazo definido para a decisão dos ministros.

Até que o mérito do recurso impetrado seja julgado, a direção do CFM orienta a todos os médicos para que cumpram a decisão judicial e forneçam, todas as vezes que forem acionados, toda a documentação na totalidade que lhe for solicitada judicialmente.

“Não há como não cumprir decisões judiciais, mas é importante que questões como essa passem por um debate mais amplo, já que tratamos o tema como uma questão ética”, ressalta o presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

Sociedade

Mas há muitas outras questões na galeria da judicialização da saúde e uma boa parte delas acaba se refletindo no atendimento médico ao paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) e também dos planos de saúde.

O professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), Wilson Marques Júnior, durante Fórum de Neurologia e Neurocirurgia realizado no ano passado na sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), em Brasília, falou das dificuldades de tratamentos de pacientes neurológicos no SUS, como a impossibilidade de prescrição de tratamentos não cobertos pelo poder público.

Ele denunciou que os neurologistas estão sendo proibidos, no sistema público, de solicitar exames genéticos, apesar de boa parte das doenças tratadas por esses profissionais terem como origem questões genéticas. Durante o mesmo encontro, o neurologista Luiz Antônio da Costa Sardinha defendeu que os órgãos públicos digam claramente o que não pode ser prescrito. “Da forma como está, o médico fica com a responsabilidade final”, relatou.

Como orientação ao médico, no evento realizado pelo CFM em Brasília, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Miguel Ângelo Brandi Junior, ressaltou que os médicos precisam indicar de forma precisa a necessidade da realização de determinado procedimento.

“Apesar de a Súmula 96 estabelecer que, nos casos de expressa indicação médica, o plano não pode negar a cobertura de procedimento associados à enfermidade coberta pelo contrato, a interpretação da súmula não é simples, pois a indicação nem sempre é precisa, o que dificulta a decisão do juiz”, explicou Miguel Ângelo Brandi Junior.

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, defendeu a autonomia do médico, ressaltando a necessidade de que as indicações sejam bem detalhadas para que a justiça seja feita.

CRM-ES no comitê sobre o tema

As demandas recebidas pela Justiça sobre as questões de saúde são tão grandes que o Estado criou o Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional da Saúde no Estado do Espírito Santo, do qual o CRM-ES faz parte. O objetivo é debater essas demandas, bem como formas de evitar a chamada judicialização da saúde.

O presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, participou da primeira reunião do Comitê, dia 1.º de dezembro, que discutiu as demandas mais comuns e a chamada judicialização da saúde.

“Estamos debatendo as principais demandas e esclarecendo juizes, promotores e procuradores sobre a rotina médica, a necessidade de exames complementares e a dificuldade de realizar internação por falta de leitos hospitalares. Estamos, também, ouvindo as dúvidas das autoridades do judiciário para prestarmos o melhor esclarecimento e ajuda-las da melhor forma possível no encaminhamento das demandas. Acredito que juntos encontraremos a melhor alternativa”, informou Dalapicola.

